



ATA DA CENTÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência o senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Um bom-dia especial a todos os acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Prime, ao doutor Rômulo Gustavo de Moraes Ovando, coordenador do Núcleo de Prática Jurídica e também à professora Fernanda Moreira, que é nossa assessora legislativa aqui na Assembleia Legislativa. Obrigado pela presença, que vocês possam ter a oportunidade de conhecer um pouco do processo legislativo e do trabalho aqui na Casa da Democracia. Quero destacar que hoje é a centésima sessão legislativa do ano. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas. *“Ata da Nonagésima Nona Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Doze da Nonagésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens n^{os} 58 a 69/2024, do Poder Executivo; Ofício n^o 383/2024, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Ofício n^o 2394/2024, do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul; Ofício n^o 78/2024, do Sindicato dos Peritos Papiloscopistas de Mato Grosso do Sul; Carta do Movimento dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público do Estado de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Junior Mochi, Caravina, Roberto Hashioka, Lidio Lopes, Lucas de Lima, Antonio Vaz, Gleice Jane, Professor Rinaldo e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Paulo Corrêa, Mara Caseiro e Antonio Vaz. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Roberto Hashioka. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei n^o 231/2024, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei n^o 166/2022, de autoria do deputado Paulo Duarte. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, os Projetos de Lei Complementar n^{os} 10 e 11/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de informações, de autoria dos deputados Renato Câmara e Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Antonio Vaz, Caravina, Roberto Hashioka, Pedro Kemp, Neno Razuk e Mara Caseiro. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, cinco de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro”.* Foi lida a ata, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito aos senhores deputados que façam o registro de presença. Já declaramos também que iniciamos, neste mês de novembro, a campanha essencial para a saúde dos homens: Novembro Azul. Esse movimento de mobilização e prevenção ao câncer de próstata é um alerta sobre a importância dos cuidados preventivos. Aproveitamos o início do mês para reforçar que o diagnóstico precoce salva vidas, permitindo um tratamento mais eficaz. Dessa forma, reforçamos o nosso compromisso em apoiar essas campanhas. Não há expediente a ser lido. Solicito à equipe técnica que passe o vídeo institucional elaborado pela TV Assembleia. [Apresentação de vídeo institucional]. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Lindomar Ferreira, coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Mato Grosso do Sul, solicitando agilidade no processo de ampliação e melhoramento do posto de saúde da Aldeia Água Branca, terra indígena Taunay Ipegue, no município de Aquidauana. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Ana Rita Paião Oliveira, secretária municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com cópia ao senhor José Natan de Paula Dias, prefeito municipal de Aparecida do Taboado, solicitando a ampliação das salas de aula do Centro Municipal de Educação Infantil Adalberto Rodrigues de Almeida, localizado no município de Aparecida do Taboado. Justificativa. A direção colegiada do Centro Municipal de Educação Infantil Adalberto Rodrigues de Almeida buscou nosso gabinete solicitando a ampliação das salas de aula da unidade escolar. A solicitação visa melhor atender a comunidade escolar, aumentando tanto sua capacidade como o conforto dos alunos já matriculados. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha nesta Sessão e pela TV ALEMS e Rádio ALEMS. Trago aqui hoje, presidente, a apresentação de um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de as farmácias privadas fornecerem orçamento de medicamentos e produtos em Mato Grosso do Sul. Essas farmácias e drogarias privadas ficam obrigadas a fornecer, mediante solicitação do consumidor, um orçamento detalhado para aquisição de medicamentos ou produtos. Esse projeto de lei surge para garantir que essas farmácias e drogarias ofereçam orçamentos detalhados e impressos de medicamentos e produtos, uma medida essencial para famílias que precisam comprovar os custos em processos judiciais. Atualmente, é muito comum que essas famílias busquem a intervenção da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul para o fornecimento de medicamentos, fraldas, leite e outros itens necessários. A importância desse projeto de lei surgiu devido a demandas que chegaram até nós de muitos pacientes que precisam dessa medicação, a qual se consegue via judicial. No entanto, muitas redes de farmácias, principalmente as maiores, simplesmente estão se negando a apresentar esses orçamentos de forma escrita, o que tem dificultado o atendimento. Com a obrigatoriedade de fornecer orçamentos com informações imprescindíveis, assinados e carimbados, o projeto de lei busca aliviar a carga dessas pessoas, especialmente aquelas que estão enfrentando tratamentos difíceis e debilitantes. Essa medida



assegura também que os cidadãos possam exigir o orçamento impresso nas farmácias mais próximas. Esse projeto representa mais que um avanço na proteção ao consumidor; é um compromisso do estado em amparar seus cidadãos, oferecendo uma solução prática e humana para um problema real, garantindo respeito e dignidade àqueles que mais precisam. Vale destacar ainda, presidente, que não se trata de um projeto com impacto financeiro; na verdade, estamos aqui cumprindo o Código de Defesa do Consumidor, para que o direito do consumidor seja amparado e respeitado, já que muitos não estão conseguindo esses orçamentos, o que dificulta o acesso e a aquisição desses medicamentos por via judicial. Também apresento aqui hoje, presidente, um requerimento endereçado ao senhor prefeito de Dourados, Alan Guedes, para que sejam respondidos vários questionamentos sobre a obra de pavimentação, drenagem, sinalização viária e calçamento no bairro Alto do Indaiá, em Dourados. Esse requerimento se justificou devido à paralisação inesperada e sem nenhuma justificativa dessa obra de infraestrutura, que foi lançada em junho deste ano, com orçamento de quatro milhões e meio de reais. Após o lançamento da obra, antes do início do período eleitoral, foi prometida à população a melhoria no acesso e a eliminação dos problemas causados pelo bairro no período de chuvas. No entanto, na semana passada, o prefeito, depois de uma medida eleitoreira, simplesmente comunicou a paralisação dessa obra e não apresentou justificativas. Portanto, estamos apresentando este requerimento para cobrar explicações sobre essa obra, orçada em quatro milhões e meio de reais. Queremos buscar, principalmente, informações sobre o estágio do contrato com a empresa LF Assessoria e Construções Ltda., responsável por dois mil, seiscentos e dezoito metros de drenagem e quinze mil, seiscentos e setenta e sete metros quadrados de pavimentação, e se há alguma medida em andamento para garantir a continuidade da execução desse serviço. Ou seja, essa é a resposta que o Executivo municipal de Dourados precisa dar à população. Por ora, é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, senhoras, senhores e aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Tenho aqui uma moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora na forma regimental, após ouvido colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos de Ademir Ezequiel de Almeida, por seu falecimento ocorrido no dia 5 de novembro. Ademir de Almeida, conhecido como Ademir da Malária, foi vereador por Batayporã de 1997 a 2000. Residiu no bairro da Festa, no município de Batayporã, por muitos anos e, atualmente, morava na cidade de Nova Andradina, município onde prestou serviços no setor de saúde por muitos anos, inclusive quando eu era prefeito. Após aprovada, a moção contará com a seguinte redação: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do deputado estadual Roberto Hashioka, lamenta com profundo pesar o falecimento de Ademir Ezequiel de Almeida, prestando solidariedade aos familiares e amigos. Que as lembranças dos momentos felizes e do amor compartilhado entre os seus possam trazer conforto e que, na saudade, sua memória viva para sempre nos corações daqueles que o amam". Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.



DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, encaminho aqui uma moção de aplauso à doutora Lígia Paula Jorge Maze de Santana. Quero registrar esta moção de aplauso, senhor presidente, para enaltecer o trabalho que a doutora Lígia vem realizando à frente do Hospital do Amor, aqui em Campo Grande. Ela formou-se em Medicina pela Universidade de Taubaté e se especializou em diagnóstico por imagem pelo Hospital Heliópolis, em São Paulo, obtendo o título pelo Colégio Brasileiro de Radiologia em 2001. Em busca de novos horizontes, mudou-se para Campo Grande, onde atuou na Medicina privada por doze anos. Em 2013, foi convidada pelo senhor Henrique Prata, presidente do Hospital do Amor, para liderar a implantação do protocolo de rastreamento e diagnóstico precoce do câncer de mama na unidade de prevenção de Campo Grande. Desde então, com dedicação e compromisso, a doutora Lígia tem contribuído para salvar inúmeras vidas, atendendo de forma humanizada mulheres de todo o estado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Sob sua liderança, a unidade de prevenção de Campo Grande já realizou mais de cento e noventa e quatro mil exames de mamografia, mais de vinte e sete mil exames de ultrassonografia e mais de dez mil procedimentos diagnósticos em mama, identificando mil setecentos e sessenta casos positivos de câncer de mama. Esses números evidenciam seu papel crucial na detecção precoce da doença, fator fundamental para tratamentos menos invasivos e maior sobrevida das pacientes. Atualmente, senhor presidente, a doutora Lígia continua a aprimorar seu atendimento às pacientes, realizando uma pós-graduação em Saúde Mental pela Faculdade Sanar de São Paulo, refletindo seu compromisso com a humanização no cuidado de pacientes em situação de vulnerabilidade. Esta moção de aplauso é uma homenagem ao trabalho incansável, à compaixão e ao comprometimento da doutora Lígia Paula Jorge Maze de Santana, que enobrece a Medicina e inspira todos ao seu redor com sua atuação no Hospital do Amor. Em nome da comunidade, expressamos nosso mais profundo respeito e gratidão por sua inestimável contribuição à saúde e ao bem-estar das mulheres de Mato Grosso do Sul. Que sua trajetória continue a iluminar e a transformar vidas. A moção deverá ser encaminhada para o gabinete do parlamentar proponente. Quero parabenizar a doutora Lígia pelo seu trabalho. E recebeu a Medalha de Honra ao Mérito desta Casa, e agora deixamos registrado nos anais da Assembleia Legislativa esse valoroso trabalho. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Paulo Cesar Franjotti, o Paulão, prefeito de Japorã; do senhor Vitor da Cunha, prefeito eleito de Japorã; da senhora Ana Cristina, a Aninha, vereadora do município de Japorã; do senhor José Divino, o Fio do Povo, vereador do município de Paraíso das Águas; e do senhor José Natan, prefeito da "terra dos sessenta dias apaixonados", nossa querida Aparecida do Taboado. Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Cumprimento também, em nome do Fio do Povo, os vereadores que nos visitam. Não estou vendo aqui o Paulo Franjotti, nosso prefeito de Japorã, nem a Aninha, vice-prefeita eleita, agora vereadora eleita de Japorã. Senhor presidente, eu tenho duas indicações a fazer no dia de hoje. Indico ao nosso governador, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao senhor secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, e ao senhor diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, solicitando a recuperação asfáltica da MS-338, no trecho que liga o município de Bataguassu a Santa Rita do Pardo. Outra indicação ao nosso governador, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Saúde, Maurício Simões, solicitando a disponibilização de um veículo tipo caminhonete para atender à equipe de saúde rural do município de Costa Rica. A presente indicação atende a um pedido formulado pelos vereadores Rosângela



Marçal, Lucas Lázaro, Averaldo, Professora Manoelina, Adair, Ailton, Aleksander, Artur, Laird, Evaldo, Jovenaldo e também ao vereador Rainer. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Denis Diogo, vereador eleito do município de Fátima do Sul. Seja bem-vindo, Denis, e que tenha um profícuo mandato como vereador em nossa querida Fátima do Sul. Com a palavra, o nobre deputado João Henrique. Não havendo mais oradores inscritos declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 3581/2024). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de apoio (Prot. nº 03590/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: uma moção de congratulação (Prot. nº 3584/2024); dois projetos de lei (Prot. nºs 3585/2024, 03586/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: um projeto de lei (Prot. nº 03594/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 03593/2024, 3592/2024); um projeto de lei (Prot. nº 3591/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 3595/2024, 3596/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 3588/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 3589/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: uma moção de aplauso (Prot. nº 3582/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 3587/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Por gentileza do deputado Pedro Kemp, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, demais colegas deputados e deputadas Mara Caseiro, Lia Nogueira, professora Gleice Jane, e a todos que nos acompanham através da Rádio e TV Alems, além do público presente. Senhor presidente, primeiro, quero agradecer ao deputado Pedro Kemp pela inversão do tempo. Fiz questão de vir à tribuna hoje para falar um pouco sobre um evento que participei agora, às 8h, representando os colegas na abertura do VI Fórum do Terceiro Setor. Eu fiz questão de falar aqui algumas palavras para destacar a importância desse segmento no contexto da nossa sociedade. Eu sempre digo que a profissão a gente escolhe, mas a vocação para servir é Deus que nos escolhe. E fico a imaginar, deputado Lucas de Lima... Se não fossem essas instituições não governamentais, consideradas o Terceiro Setor, o que seria da população brasileira? Até porque o estado não consegue, o seu braço não alcança essas pessoas mais vulneráveis: aqueles que sofrem de uma das piores patologias existentes, que é a dependência química; e também aqueles que sofrem de problemas psicológicos. O estado não tem o profissional preparado; somente os "anjos de Deus" aqui na Terra, esses vocacionados, é que têm a condição necessária do ponto de vista psíquico e emocional para dar essa assistência. E eu sempre digo: quer ser mais humano? Quer ser mais grato? Quer ser uma pessoa mais evoluída, mais rica do ponto de vista das suas emoções? Conheça um desses projetos! Vá ao Asilo São João Bosco e veja a situação daqueles homens e mulheres, muitos deles abandonados pela própria família, que estão em estado de vulnerabilidade do ponto de vista físico e psíquico, às vezes tetraplégicos, dependendo única e exclusivamente do seu cuidador. Tem preço que pague isso, deputado Pedrossian Neto? Não! Não tem preço um trabalho desse! Somente quem é vocacionado, que tem condições psicológicas e empatia, consegue fazer isso. Muitas vezes, não é nem falta de vontade, é que a pessoa realmente não tem condições de atender uma criança soropositiva, como no caso do projeto da Igreja Católica, que é um projeto lindo; inclusive eu já fui parceiro com as nossas emendas parlamentares. Existem aqueles que cuidam da dependência química, como o pastor Samir, que há mais de vinte e cinco anos cuida daqueles que foram abandonados pela sociedade e, muitas vezes, discriminados pela própria família. Somente os vocacionados! Hoje, eu tive o



privilégio de representar esta Casa junto com nosso ex-colega, o vice-governador Barbosinha, com a doutora Patrícia e os servidores da Sead — que cuida desse setor — para elencar alguns detalhes. É verdade que as nossas emendas parlamentares têm ajudado muito, mas ainda estamos distantes daquilo que as demandas exigem. Começamos com o recurso de setecentos mil reais, quando cheguei aqui no meu primeiro mandato; depois foi para um milhão e meio de reais; e hoje estamos com três milhões e meio por parlamentar: 60% destinados à saúde e os outros 40% para a área da agricultura familiar, cultura, esporte, assistência social e educação. É natural que tivemos avanços importantes, mas ainda estamos longe do necessário — fazendo uma comparação com o que representa, por exemplo, um deputado federal. Agradecemos pelo aumento que tivemos, mas as demandas são infinitamente maiores do que temos como estrutura para oferecer. Hoje, representando esta Casa na abertura do VI Fórum do Terceiro Setor, falei para o Barbosinha que, nas primeiras apresentações que tivemos ali, do balé de um projeto social de um dos bairros mais carentes de Campo Grande — do ponto de vista socioeconômico, que é o Dom Antônio, perto do lixão —, as crianças, com muita alegria, faziam suas apresentações; e disse a ele: valeu a pena ter vindo aqui representar a Casa. Só de estar participando da abertura e assistindo a essas crianças ali na Receita Federal, apresentando, já é um bálsamo para nós, uma terapia. Ao mesmo tempo, a gente diz: como é bom ver uma criança no contraturno da escola num lugar seguro; assim como há centenas e centenas de projetos espalhados por Campo Grande e pelo nosso estado. Então parabenizamos essas pessoas, que não o fazem por questão eleitoral, nem por outro tipo de interesse. Muitas vezes, elas nem ganham nada; algumas até tiram do próprio bolso, porque é satisfatório, é prazeroso estender a mão a uma criança. Esse gesto talvez impeça que ela enverede para o mundo da criminalidade, para uma gravidez precoce ou para a dependência química, como é o caso de centenas de crianças, com apenas oito anos de idade, que já apresentam dependência de maconha aqui em Campo Grande. Parece inacreditável falar algo assim, mas é muito simples confirmar essa realidade; basta procurar a promotoria da infância, que ratifica na íntegra o que estou dizendo; e não são casos isolados. Em 2022, uma diretora de escola procurou meu gabinete desesperada. Na região do Jardim Anache, próximo à Água Bonita, doze meninas, entre onze e quatorze anos, ficaram grávidas. Não tenho dúvida de que a falta de projetos sociais no contraturno escolar é um dos principais motivos para essa situação. Como uma pré-adolescente, ainda na fase da puberdade, pode ter condições de ser mãe? Essa é, sem dúvida, uma degradação da estrutura basilar da sociedade — como disse o grande jurista Rui Barbosa: a "célula mater" —, que está desorganizada. Às vezes, o pai está preso, e a mãe precisa trabalhar para sustentar a casa. Aí, temos uma criança que estuda pela manhã e fica vulnerável à tarde, e isso tem acontecido repetidamente de norte a sul, de leste a oeste, não só em nossa cidade, mas no Brasil inteiro. Essa é a realidade. É por isso que devemos estender o tapete vermelho para essas ONGs sérias, de espírito altruísta, abnegadas e vocacionadas para servir. Eu não poderia deixar de lembrar de uma lei que aprovamos nesta Casa, da qual Vossa Excelência foi uma das signatárias, deputada Mara Caseiro. Todos que estavam aqui em 2015 votaram de forma unânime. Essa lei possibilitou destinar 1% dos impostos arrecadados em operações internas ou de importação de bebidas alcoólicas, fumo, cigarros e demais produtos derivados ao fundo social, para atender essas instituições do Terceiro Setor, assim que foi regulamentada. Já fiz essa lembrança ao governo do estado. Essa lei, coincidentemente, foi sancionada pela Rose no período em que o governador Reinaldo Azambuja estava de férias. Trata-se da Lei nº 4.751, de 5 de novembro de 2015. Realizamos um evento maravilhoso com a representatividade do Terceiro Setor de todo o estado. Quando eu vi o padre Valdecir, do Cotelengo, há pouco, na abertura do VI Fórum do Terceiro Setor... Gente, quer saber se você é feliz ou não, se é rico ou não? Faça uma visita ao Cotelengo. Essas pessoas, volto a dizer, são iluminadas, são "anjos de Deus" nesta Terra, vocacionados para dar atenção. O



governo, o poder público, não tem a expertise para cuidar; não consegue. Por isso, cada vez mais, devemos nos render a essas ONGs sérias, algumas centenárias, que têm feito um bem imenso a essa população vulnerável, seja do ponto de vista físico, social ou psíquico, até devido a uma patologia ou dependência química. É com muita alegria que venho aqui hoje enaltecer o trabalho dessas pessoas e, deputado Pedro Kemp, agradeço pelo tempo que Vossa Excelência me concede, cedendo parte de sua fala para expressar minha esperança de que, agora, com mais este recurso que o governador nos destina a mais, a gente vai ter oportunidade de estender esse atendimento a outras ONGs. Eu gostaria muito que, dos 60% que já são destinados e "engessados" para a saúde — o governo tem que cumprir com os 12%, conforme a Constituição —, tivéssemos a liberdade para decidir a aplicação de 100% desse total, para conseguirmos fazer com que essas instituições, tão importantes no contexto da nossa sociedade, pudessem alcançar um maior número de pessoas. Então, é isso que eu gostaria de falar. Espero que essa lei seja regulamentada. É muito simples: a Secretaria de Estado de Fazenda deve realizar um estudo para verificar o que representa 1%, proveniente do imposto sobre álcool e derivados e também dos cigarros. Em 2015, fizemos uma conta básica, e dava uma média de doze milhões de reais. Hoje, acredito que esse 1% passaria dos quarenta milhões de reais, o que seria um aporte importante. Quero contar com o apoio do governo para regulamentar essa lei. Tenho certeza de que será crucial para atender um maior número de crianças vulneráveis e idosos. Estive com o Gersino, ex-presidente do Asilo São João Bosco, que mencionou como a demanda de idosos tetraplégicos, dependentes 100% de cuidados, só aumenta. Ele afirmou que está sendo muito difícil tocar esse trabalho. Assim, estamos caminhando a passos largos; em vinte anos, o Brasil terá mais de 50% da população nessa faixa etária. E nós, deputado Pedro Kemp, brasileiros, culturalmente, vivemos em um país que discrimina. O idoso é um dos grupos discriminados, como se ele não tivesse mais importância. Quando fui eleito vereador, um dos primeiros projetos de lei que apresentei foi para que tivéssemos, nas sete regiões de Campo Grande, um centro de convivência para as pessoas da melhor idade, nos moldes dos Ceinfs, agora chamados de escolas de educação infantil. Por que, deputado Pedro Kemp? Houve um caso que me chocou muito enquanto eu trabalhava no Hospital Universitário, em 1989. Um homem — se é que podemos chamá-lo de cidadão — internou a mãe, que era sequelada de um AVC isquêmico, e colocou o endereço errado para que, ao ter alta, o hospital não conseguisse localizá-lo, deixando o poder público responsável pelo cuidado. Isso me marcou profundamente. Em 2004, quando fui eleito vereador, apresentei um projeto para criar centros de convivência. Infelizmente, a procuradoria do município na época declarou o projeto inconstitucional. Isso gerou um debate; e a prefeitura acabou comprando o antigo Grêmio Enersul, onde foi instalado o Centro de Convivência Vovó Ziza, que hoje é uma referência. Minha ideia era que tivéssemos um centro de convivência em cada uma das sete regiões, com toda a infraestrutura, para que essas pessoas não ficassem em casa se deprimindo. Quantas pessoas não ficam deprimidas em casa, às vezes maltratadas pelo filho, pela nora, ou sequeladas de um AVC isquêmico?! Isso não é cidadania plena. No centro de convivência, essas pessoas poderiam passar o dia, participar de terapia ocupacional, jogos, dança, convívio. Isso traz qualidade de vida. Eu gostaria muito que essa lei fosse regulamentada, e conto com o apoio do presidente e dos demais colegas desta Casa. Tenho certeza da sensibilidade do governador Eduardo Riedel e acredito que, em breve, teremos essa regulamentação para garantir um aporte maior de recursos, a fim de atender essas ONGs e instituições tão importantes, que têm feito a diferença em Campo Grande, no estado e no Brasil. Era o que tinha a dizer, senhor presidente. Obrigado, deputado Pedro Kemp, pelo tempo e obrigado a todos pela atenção.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, agradecemos a presença da senhora Tânia Cristina, vereadora do município de Dourados; e de Luís Gobel, deputado estadual de Rondônia. Agradeço a visita. Seja bem-vindo à Assembleia Legislativa e ao nosso estado de Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, apenas para informar a Vossa Excelência que, hoje, varei a madrugada e só consegui dormir aliviado quando escutei o discurso de liberdade do maior líder da direita, que se consolida agora: nosso presidente eleito Donald Trump. Então, indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada a ele uma moção de apoio pela vitória expressiva e pelo papel de liderança mundial que Trump terá agora na condução dos espaços da direita em nível internacional, senhor presidente. Assim, por proposição do deputado João Henrique, em nome dos pares e do povo sul-mato-grossense, segue a moção de apoio ao Excelentíssimo Presidente Donald J. Trump pela sua magnífica vitória nas eleições norte-americanas; a eleição do presidente Trump significa um grande avanço da direita mundial, que tem nele seu líder supremo e exemplo de garantia de ordem e respeito à liberdade no mundo. Registra-se também que os votos de apoio e a vibração positiva para Trump se estendem para toda a Assembleia e o Congresso que foi eleito nos Estados Unidos com maioria de direita para esse novo mandato, como quadragésimo sétimo presidente dos Estados Unidos. Ao lado do empresário Elon Musk e de todos os líderes da direita, aguardamos um extraordinário mandato para o presidente americano. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos encaminhar a votação. Quanto à tradução, o Fábio disse que pode ficar tranquilo, porque ele é especialista. Pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu pedi a palavra pela ordem, na verdade, para discordar do deputado João Henrique e dizer que, nos Estados Unidos, a eleição se passava entre duas pessoas de direita: a Kamala também é de direita, assim como Trump. O que estava em discussão lá, no entanto, era uma mulher negra contra um homem branco e um debate econômico. Então, eu acho que, para nós, não é uma derrota da esquerda, porque a esquerda não estava participando desse processo. A gente respeita, inclusive, a democracia e a soberania dos Estados Unidos, mas é lamentável que tivemos uma eleição acompanhada no mundo todo que resultou na derrota de uma mulher negra, que defendia pautas importantes para as mulheres. A derrota é das mulheres, especialmente das mulheres negras, o que mostra o quanto ainda temos que avançar no combate ao machismo, ao racismo e na valorização das pautas que garantem direitos, inclusive, às pessoas imigrantes de outros países que estavam lá — pois isso foi um dos temas centrais da campanha nos Estados Unidos e faz parte também da nossa luta aqui no Brasil, neste momento de grande inserção de imigrantes que vêm chegando ao país. Então, só quero discordar e esclarecer que não estamos falando de vitória da direita, uma vez que ambos os candidatos eram



de direita, para evitar que reproduzamos erros na política aqui no Brasil. A disputa lá era entre um homem branco e uma mulher negra. Obrigada, senhor presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem. Eu nunca vi uma pessoa de direita defender deliberadamente o aborto, senhor presidente. Então, isso, para mim, não faz sentido algum. Mas, aproveitando que Vossa Excelência pediu a tradução, segue anexada à moção. Um destaque importante, senhor presidente, se meu inglês estiver em dia, é o seguinte: "The real election of President Donald Trump signifies the major step for the global right, which regards him as a supreme leader and example for the guarantee of order, respect, and freedom around the world" — [Tradução: A verdadeira eleição do presidente Donald Trump significa o melhor passo para a direita global, que o considera um líder supremo e um exemplo para a garantia da ordem, do respeito e da liberdade em todo o mundo] —, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Obrigado. Eu só queria parabenizar, como bom democrata que sou — sem discordar de um ou de outro —, o que vale é a democracia. Então, venceu a democracia, e a respeitamos. Certamente, não vai haver invasão do Capitólio, e que a democracia prevaleça no mundo todo.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Quero parabenizar o deputado João Henrique pela fala. Inclusive nós, de direita, no inglês fluente, igual ao nosso governador Eduardo Riedel. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu vou falar em português, porque nós estamos no Brasil, e acho importante que o debate seja na nossa língua. Mas respeito a democracia, com certeza. Eu gostaria também de dizer que o debate em torno das pautas polêmicas que dizem respeito à luta das mulheres — em especial a pauta da luta pela legalização do aborto — faz parte da pauta das mulheres da direita e das mulheres da esquerda. Então, a gente precisa esclarecer esses pontos, pois isso não faz parte da luta das mulheres da esquerda. Eu acompanho a luta das mulheres há muitos anos, e a pauta da legalização do aborto é uma pauta que unifica mulheres de direita e de esquerda, mas também divide mulheres da esquerda e da direita. Então, acho que é importante a gente também saber dizer o que é esquerda e o que é direita, porque, nos últimos anos, temos tido dificuldade de compreensão. A pauta moralista, sim, é da extrema-direita, mas não discutimos a legalização do aborto sob a ótica moral, mas sim sobre as condições de saúde. Então, acho que é importante saber que essa pauta é da esquerda e da direita. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Grande Expediente. Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu não vou comentar aqui hoje a eleição do Donald Trump nos Estados Unidos. Eu só lamento que o povo americano tenha



feito essa opção e tenha escolhido um nazifascista para governar nos próximos quatro anos. Inclusive, ele ganhou a eleição radicalizando o discurso de ódio, principalmente contra os imigrantes. É uma pessoa que quer fechar as fronteiras, expulsar e deportar, inclusive brasileiros que estão morando lá ilegalmente. Ele quer deportar todo esse povo de volta para os seus países. Uma visão nacionalista, uma visão bastante egoísta de um povo que, neste momento, escolheu esse caminho, e nós temos que respeitar essa escolha. Mas acredito que os eleitores da Kamala Harris não vão invadir o Capitólio, nem questionar o resultado das eleições, como ele fez quatro anos atrás. Aliás, é um modelo de democracia que a gente precisa avaliar melhor. Colégio eleitoral, uma forma de votação ainda anacrônica, em papel, contando votos a madrugada inteira... Uma coisa assim precisa de uma revisão. Na verdade, é uma eleição indireta, mas é o povo americano que tem que decidir como vai ser os rumos da sua democracia. Mas lamento que vamos ter, aí, um presidente nazifascista na maior economia do mundo, uma pessoa que reforça muito esse discurso do ódio e do imperialismo norte-americano. Mas, senhor presidente, eu pedi pela ordem para fazer um registro muito importante, porque apresentei aqui na Assembleia Legislativa um projeto de lei criando um programa no estado — sabendo que eu não poderia apresentar, pois é um projeto de iniciativa do governo —, o Programa "Cuidar de Quem Cuida", que visa pagar um auxílio às pessoas que se dedicam ao cuidado de outra pessoa dependente, seja uma pessoa com deficiência ou um idoso acamado. O governador Eduardo Riedel encampou esse projeto e o implantou aqui em Mato Grosso do Sul. Já temos quase duas mil pessoas recebendo novecentos reais por mês para cuidar de outras pessoas, aquelas que abriram mão da sua vida, do seu trabalho, do seu estudo, e que estão se dedicando ao cuidado de outrem. E eu quero anunciar, senhor presidente, que nesta semana o programa "Cuidar de Quem Cuida" conquistou o segundo lugar no Prêmio Nacional de Inovação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Assim, o nosso estado recebeu essa premiação devido a esse programa, e está de parabéns por inovar em uma área social tão sensível e importante, que é a dos cuidadores de pessoas com deficiência e idosos aqui em Mato Grosso do Sul. Dessa forma, estamos construindo um estado mais humano e mais justo, um estado que estende a mão para quem realmente necessita do apoio do poder público. Obrigado, presidente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Pedro Kemp, para a gente começar a Ordem do Dia, eu solicito a presença do senhor aqui na Mesa. Enquanto isso eu vou passar a palavra, pela ordem, ao nosso querido deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, essa lamentação do deputado Pedro Kemp deve ter quebrado a bolsa de valores americana — por ele ter lamentado a vitória do Donald Trump. E eu lamento, senhor presidente, pelos brasileiros que elegeram um ladrão descondenado; disso ele não fala nada. Mas, o que a eleição americana mostra, senhor presidente, é que a direita realmente vai ocupar um espaço que já deveria ter sido ocupado há muito tempo. E nós vamos continuar fazendo isso aqui em 2026, com Jair Bolsonaro. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 230/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 55/2024. "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), com garantia da União, destinada ao financiamento parcial do programa de manutenção proativa, adequação à resiliência climática e à segurança viária de rodovias do estado de Mato Grosso do Sul (Rodar MS), e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, peço que, neste momento, prestem atenção no discurso que irei fazer, na defesa que irei apresentar, para que esse projeto não seja aprovado. É preciso que esta Casa se levante e faça algumas reflexões. As reflexões que precisam chegar a esta Casa têm ordem jurídica, ordem política e ordem administrativa. Então, vamos começar pela ordem administrativa. Fizemos alguns levantamentos acerca das informações que requeri, e praticamente não foram respondidas, então é preciso judicializar; mas isso é um mister daquele que está na oposição. As informações que temos disponíveis indicam que o Fundersul, nos primeiros seis meses deste ano, consumiu e aplicou cerca de quatrocentos e setenta milhões de reais, e que a previsão no plano de aplicação do Fundersul é que — até o final do ano — o valor chegue a um bilhão e setecentos milhões de reais. Mas o que significa isso? Qual é o valor do recurso que está disponível para a Secretaria de Estado de Obras (para não utilizar o nome Seilog) gastar e implementar? Deputado Roberto Hashioka, qual é o valor que o nosso governador detém em caixa para utilizar em obras, e que não conseguiu utilizá-lo? É impressionante a gente chegar a um valor, talvez não exato, mas de muitos recursos que não conseguiram ser alocados. Nos nossos cálculos, supera a ordem de oitocentos milhões de reais. E, prestem atenção, quase um bilhão, em dinheiro em caixa, sem conseguir ser alocado em investimento. Percebam que esses valores demonstraram um desarranjo na Secretaria de Estado de Obras, que fez com que o secretário fosse substituído. Isso é inegável! Eu tenho aqui a relação de obras relevantes de alto investimento da Secretaria de Estado de Obras, e minha equipe conseguiu achar: restauração de pavimento, quarenta e três milhões de reais; obra de restauração de pavimento para adequação, vinte e nove milhões; outra de vinte e nove milhões e outra de quarenta e seis mil reais. Foram quatro licitações do governo Riedel em obras em dois anos. Isso é gestão? Eu fiz uma denúncia nesta Casa, deputada Gleice Jane, quando fizemos a inversão de fase, apesar de ser algo inteligente para resolver um problema de tanto recurso sem alocação. É algo que beneficiaria e beneficiará aquelas empresas que já têm cadastro, que já têm amizade, que já têm estrutura para executar esses recursos que estão sobrando na mão do gestor estadual que vendeu, na época da eleição, uma alta capacidade em construir equipes, em administrar e em investir; e agora, hoje, em matéria de obras, se mostrou ineficiente, ineficaz. Então, essa é a minha consideração administrativa, provando que há muitos recursos a serem investidos antes de nós contratarmos um empréstimo dessa monta. Como se não bastasse e não



fosse suficiente, eu quero conclamar todo servidor público que está com seu salário consignado, com a sua margem congelada, a fazer uma reflexão. Quando você, servidor, pega o seu salário e faz um consignado para pagar uma conta, e está com a margem estourada, você sabe que isso é resultado de um custo de vida alto em Mato Grosso do Sul e de um ICMS alto sobre a gasolina e sobre a energia elétrica. Não existe, já dizia Milton Friedman, um orçamento público; porque nos é tomado, o recurso é tomado, e esta Casa tem a oportunidade de pegar esse orçamento público, que nos é tomado, e modificá-lo, suavizando, para você, servidor que pega empréstimo pensando dez vezes, para poder comprar o seu sustento, para você garantir o seu sustento, para você fazer alguma gentileza à sua família no final do ano, para você ter algum tipo de respiro dado a essa sede fiscal que há no estado de Mato Grosso do Sul. Todos os empresários reclamam: é a pauta fiscal, é o ICMS. Jamais iremos ver... Se o estado está bem, já que o estado está aprovado com recurso em caixa, o seu secretário caiu por não conseguir executar, contratar outro empréstimo de — agora — duzentos milhões de dólares... Ora, quem vai pagar? "Ah, a União vai garantir! Vai garantir com o nosso PIB, com a nossa produtividade, com a nossa capacidade". Ah, O estado é "CAPAG A", que seja "triple A" para prestigiar o Donald Trump, AAA+... Será que não é hora de pensar e entender que, já que essa gestão do governo administrativa em obras vai mal, é hora de deixá-lo gastar o que ele tem, no lugar de contrair uma dívida para que eu pague, para que vocês paguem, em dez ou quinze anos? Aliás, deveria ser proibido isso, deputado Caravina. Um governador e um gestor... É algo para a gente pensar aqui — se isso for aprovado hoje, essa barbaridade —, fazer uma reflexão para os próximos anos. O gestor deveria ser obrigado a pagar no tempo de seu mandato. Isso vai ficar para outro, porque ele não sabe se será reeleito, não sabe se vai se candidatar, e nós seremos obrigados a pagar. Percebam: uma discussão que não entrou em campo... Esse projeto de duzentos milhões de dólares foi apresentado; e nós autorizamos no cheque especial: eles contratam o que quiserem. Mas está em dólar! Será que essa discussão chegou na nossa Casa? Será que chegou na nossa Casa esse ponto importante? Quando isso foi aprovado nas comissões de mérito e na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o dólar estava cinco reais; hoje, com o fortalecimento da direita de Donald Trump e do mercado, o dólar foi elevado a seis reais e doze centavos. Essa discussão não foi feita no Plenário. E o projeto está em regime de urgência, sem que possamos pedir vista, o que é outro instrumento preocupante, quando estamos contratando algo que supera um bilhão de reais. Agora veja, não é o primeiro... Há poucos meses aprovamos um projeto que vamos pagar, se for contratado — a gente nem sabe se foi contratado ou se chegou o dinheiro —, porque nós também demos um cheque especial, numa outra matéria, para o mesmo governador, de dois bilhões de reais.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, Vossa Excelência tem um minuto.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, senhor presidente. Então, já aprovamos dois bilhões em reais. Aliás, não são mais dois bilhões; quando fiz essa conta, o dólar não estava a seis reais e doze centavos, mas está autorizado em dólar. Então, já aumentou, e nós estamos dando de novo, e de novo! E esse governador, até agora, não abre a caixa preta dos incentivos fiscais, que estão em torno de sete bilhões de previsão de renúncia de receita, e a gente não sabe para quem. Qual é a empresa que recebe? Talvez uma ou duas dessas empresas pagassem a conta do governador, pagassem a conta da falta de gestão do seu secretário de obras que caiu. Gaste o dinheiro, depois venha pedir para a Assembleia um cheque em branco. Isso está errado! É vergonhoso e desastroso para o estado, principalmente para um governador que, há mais de dois anos, teve de substituir um secretário de obras, que não deu conta de executar quase um



bilhão reais em recursos disponíveis em caixa. Estamos falando do primeiro governo da história que em quatro anos de mandato garantido, já se foram 50% com quatro licitações expressivas na sua Secretaria de Obras. Pensem bem antes de aprovar duzentos milhões de dólares a seis reais e doze centavos nessas condições. Era o que eu tinha, senhor presidente. Encaminho meu voto radicalmente contrário.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, o nobre deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, mais uma vez, cumprimento todos os presentes. Eu me senti na obrigação de vir discutir esse projeto, primeiro porque fui o relator dele na CCJR, e segundo, porque fui secretário adjunto de estado de Infraestrutura em 2022. O deputado João Henrique falou tão bem aqui sobre o Trump, em inglês, demonstrando conhecimento da língua. Mas, quando ele vai falar de um assunto que não conhece, ele só fala besteira. Deputado João Henrique, você misturou orçamento com gasto; o senhor fez uma salada nesse discurso. Mas vamos discutir, e vamos falar de dois assuntos, primeiro. Nós estamos discutindo o projeto desse empréstimo de duzentos milhões de dólares, que é um projeto de Crema, implantado pelo Banco Mundial em 1999, um novo modelo de conservação; isso é para as pessoas entenderem o que é esse empréstimo. Eu fui secretário, e posso dizer isso para vocês. Hoje, esse recurso do Fundersul que o senhor mencionou não é orçamento, é gasto. E é importante explicar para o senhor que o orçamento não se gasta em um ano só, ele acumula, porque as obras rodoviárias de grande porte não são executadas em seis meses ou um ano. Então, esse recurso que está em caixa já está comprometido com obras rodoviárias com recursos do Fundersul. Então, é equivocado você dizer que existe dinheiro em caixa. Tem que ter dinheiro em caixa, porque um governador responsável, como é o governador Eduardo Riedel, só lança investimentos e obras quando o dinheiro está assegurado dentro do recurso previsto no orçamento, que hoje é em torno de novecentos milhões de reais para o estado, e mais 25% que são encaminhados para os municípios, o que totaliza em torno de um milhão e duzentos mil. Então, os recursos do Fundersul estão comprometidos com obras aprovadas após o projeto executivo, após demanda dos municípios, das regiões, e demandas apresentadas por nós, parlamentares, de rodovias que precisam ser restauradas ou pavimentadas. E o estado tem feito um trabalho incrível de pavimentação e restauração de rodovias. Só que nós temos um problema na questão da restauração: o modelo de conservação utilizado em Mato Grosso do Sul hoje, para conservação de rodovias, é feito de "enxugar gelo". Nós temos aproximadamente vinte contratos de conservação de rodovias que funcionam assim: chove, aparecem buracos nas rodovias, tem problema de sinalização, de roçada, então você contrata a empresa, ela faz o serviço de tapa-buraco, de "enxugar gelo", faz a medição e recebe por isso; sempre está correndo atrás do prejuízo. Esse modelo do Crema inverte essa situação, por isso o estado está apresentando esse empréstimo de duzentos milhões de dólares, e vai colocar uma contrapartida de recursos do Fundersul de cinquenta milhões de dólares. Estamos falando de um total de investimento de duzentos e cinquenta milhões de dólares, onde o modelo vai ser invertido. Inclusive, para quem gosta de inglês, o modelo se chama "Design-Build-Maintain" (DBM). Ele inverte o modelo de conservação. E como vai funcionar? O estado, quando contratar uma rodovia — e aí, deputado João Henrique, uma das rodovias que vai ser agraciada, só para o senhor ter conhecimento, é a MS-240, que liga a MS-112 a Paranaíba, de Inocência a Paranaíba. Ela está nessa programação. E esse modelo é o seguinte:



o estado vai contratar o projeto básico, e a empresa fica responsável por executar o projeto executivo, fazer a restauração e ficará responsável pela manutenção por dez anos. Tem dois modelos: um de dez anos e um de trinta anos. Um é DBM e o outro é PPP. Mas qual a vantagem? A empresa apresenta o projeto executivo e vai fazer a restauração com mais eficiência, porque ela é responsável pela manutenção durante esse período. Então, você deixa de esperar acontecer o problema, de esperar o buraco abrir. E mais um detalhe: se ela não fizer a manutenção, é suspenso o pagamento integral de tudo aquilo que ela tem que fazer de conservação. Quando a gente fala de conservação, não é só tapar buraco, não é só melhoria, é sinalização, é roçada, é tudo que envolve o trecho da rodovia inserido na licitação, no projeto e que a empresa tem obrigação de conservar. Esse é um novo modelo moderno, interessante, que vai resolver muitos problemas. Várias rodovias, inclusive lá na região de Nova Andradina, e aquele trecho que vai para a usina de Porto Primavera está incluído nesse projeto. Tem também o trecho de Anaurilândia até Bataguassu, enfim, são várias rodovias que vão entrar nesse modelo que se chama "Rodar MS", um programa que vai mudar a forma de fazer a conservação de rodovias. Isso é um projeto do Banco Mundial, que foi introduzido em 1999 e agora vai ser implantado. O projeto traz os valores, o prazo do contrato de vinte anos, os juros de 1,24%, com período de carência de quatro anos. Só foi possível porque o estado tem o CAPAG suficiente para contrair esse empréstimo. É um empréstimo que vem para o investimento de um estado que é campeão em investimento, deputado João Henrique. Hoje, Mato Grosso do Sul é o estado que mais investe no Brasil: 15% do orçamento. Como é que dá para falar mal de um estado que investe 15% do orçamento em investimento? Prova disso é que o nosso governador é motivo de referência, sendo convidado para palestras internacionais e nacionais. Mato Grosso do Sul se transforma num grande "case" de sucesso. Se nós temos um case de sucesso, é porque o modelo, a modernidade e a eficiência são a busca do nosso governador. Então, eu não poderia deixar de vir defender, não só esse empréstimo, o programa 'Rodar MS', mas também pedir os votos para os colegas, porque é importante para a gente dar essa virada de chave no modelo de conservação de rodovias do nosso estado. Nós, frequentemente, estamos andando pelo estado e vemos a situação. Esse modelo que está implantado hoje — onde você "enxuga gelo" — tem que ser substituído por algo mais moderno, que já é utilizado em outros locais, inclusive fora do Brasil.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Concede-me um aparte, deputado?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Concedo.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Primeiro, eu quero me manifestar, dizendo que sou favorável ao empréstimo, porque entendo que nós não podemos esperar. Se o estado tem capacidade de endividamento, deve pegar um empréstimo e melhorar as rodovias no nosso estado. Ainda ontem, eu usava a tribuna e dizia da preocupação com a comparação de Mato Grosso do Sul com estados como, por exemplo, Paraná e São Paulo. Mas, deputado Caravina, é importante dizer o seguinte: aqui no estado nós estamos sofrendo um problema. Custa falar isso, enquanto engenheiro rodoviário, mas muitas obras de restauração que são feitas no nosso estado são mal executadas. Estamos estragando também o dinheiro que está sendo arrecadado com o Fundersul. O Fundersul, não obstante o orçamento comprometer parte do dinheiro que está em caixa, arrecada todos os dias. Até recentemente, era cinco milhões por dia que o Fundersul arrecadava. Houve um aumento da alíquota, recentemente, de 70%. Então, o Fundersul arrecada quase cento e cinquenta milhões por mês, o que dá um bilhão e oitocentos



milhões de reais por ano. Agora, caiu, baixou, mas vai subir novamente, porque o preço do boi está subindo, a soja também, então vai subir. Mas chegou a bater um bilhão e oitocentos milhões por ano. Mas, que seja um bilhão e quinhentos milhões, são seis milhões num mandato. Nós aprovamos mais um financiamento de dois bilhões e quatrocentos milhões; isso dá, praticamente, oito bilhões e quatrocentos milhões de reais em quatro anos. E se nós aprovamos mais um financiamento, será mais um bilhão. Mas isso é tudo positivo. Mas é preciso prestar atenção: as obras de restauração no nosso estado estão realmente "enxugando gelo". Essa rodovia que você falou, a MS-480... Vão lá, contratam uma obra, fazem um serviço, e daí a pouco já está cheia de buracos. Ainda ontem, eu recebi, depois que saí da prefeitura, um morador de Nova Andradina que me falou: "Acabei de passar na MS-480, tem carro quebrado na beira da pista, com pneu estourado, porque a obra não tem restauração". Ou seja, a restauração executada não prestou, o serviço não está sendo bem executado. Isso é muito ruim. Então se justifica, às vezes, o financiamento, para dizer que estão "enxugando gelo", porque o serviço está sendo mal executado. Em Naviraí foi feita uma restauração poucos anos atrás, depois foi feita uma segunda restauração pela mesma empresa, e a rodovia continua com buracos. Isso é grave. Então, nós vamos entender que o dinheiro que o contribuinte paga, e que o Fundersul arrecada, tem que ser investido com qualidade. E o que você falou aí sobre o Crema, a gente faz há muitos anos. É positivo, porque a empresa vai ficar responsável, mas, se não houver fiscalização, vão gastar o dinheiro e não vamos ter rodovia de qualidade. Então, é importante deixar bem claro: o que está faltando no Departamento de Estradas de Rodagem, hoje Agesul, é condição técnica para executar o serviço. Isso é uma realidade. O Fundersul foi desaparelhado ao longo dos anos. Ao longo do tempo...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União) — ... a MS 040, que vai ser objeto da concessão, quando foi construída não tinha movimento; e ela ficou de "borrachudos" ao longo do seu trecho. Então, são rodovias, obras mal executadas, sem fiscalização, sem livros de controle de obra. Isso aí está comprometendo os recursos que são arrecadados pelo Fundersul, que pesa no lombo dos produtores, dos contribuintes do estado de Mato Grosso do Sul. É isso, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado pela contribuição, deputado Roberto Hashioka. Só para complementar a fala do deputado Hashioka, é bom lembrar que as obras públicas têm garantia de cinco anos, então é preciso cobrar essa garantia das empresas. Se a empresa executou mal, tem que ser cobrada. Agora, esse modelo de empréstimo que está sendo feito é justamente para acabar com isso, porque a empresa que fizer o projeto terá a concessão por dez ou trinta anos, dependendo da modelagem, e ela vai ter que manter essa conservação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Então, eu tenho convicção...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minutinho. Ele está com a palavra na tribuna. Já está encerrando o tempo, e eu já o avisei, assim como eu fiz com Vossa Excelência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — É porque são 11h; e o Regimento Interno diz que é improrrogável.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Se Vossa Excelência aguardar, ele vai concluir...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu vou encerrar. Tenho a convicção de que esse empréstimo, essa modelagem, vai corrigir, inclusive, esse problema apresentado pelo deputado Roberto Hashioka. A obrigação da conservação por dez anos, por parte de quem fez a obra e ganhou a licitação, vai evitar que a gente tenha sempre que corrigir erros por conta de excesso de chuva ou por conta de uma obra mal feita.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Conclua deputado. O tempo está esgotado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu peço o voto dos colegas na aprovação do projeto, um projeto importante. E, mais uma vez, encerro dizendo: quero parabenizar o governador Eduardo Riedel por mais um grande projeto de inovação na gestão pública. Parabéns, e conto com o voto dos colegas. Obrigado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Para discutir.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Posso fazer uso da palavra?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minuto. Qual a dúvida de Vossa Excelência?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, não tenho dúvida.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Qual questão de ordem?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu não tenho dúvida. Eu fiz uma questão de ordem. Se Vossa Excelência me permitir, aqui vou ler o artigo 138, que diz: "Esgotada a matéria do Pequeno Expediente, o tempo reservado... o Grande Expediente terminará, improrrogavelmente, às 11h." Era o alerta.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — ...[Trecho inaudível].

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência não está acompanhando a Sessão. Nós estamos na Ordem do Dia.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ... [Trecho inaudível].

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Estamos na Ordem do Dia.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Era o alerta que eu ia fazer a Vossa Excelência. Dessa vez eu estou errado, e Vossa Excelência está certo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aliás, me surpreende, porque Vossa Excelência sempre está certo, mas, desta vez, o senhor errou.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — É normal.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — ...[Trecho inaudível].

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, quero apenas comentar acerca desse projeto de lei. É um projeto extremamente benéfico para o nosso estado. O estado está vivendo um momento extraordinário da vida política, e o governador Eduardo Riedel conseguiu organizar para que pudéssemos crescer o dobro da média nacional, justamente por conta desses investimentos que ele tem enviado para esta Casa Legislativa, mostrando a pujança de Mato Grosso do Sul. E, neste caso específico, ele inova criando uma nova modelagem, uma nova forma de gestão, uma nova forma de conservação dessas rodovias. E mais do que isso, em condições financeiras extremamente vantajosas. O deputado João Henrique mencionou a questão do dólar. Veja só, presidente: se nós contratarmos um empréstimo hoje com essa taxa de câmbio, a seis reais e treze centavos, é bem provável que, no momento de pagar esse empréstimo, a taxa de câmbio seja mais barata. Se ela estiver em torno de cinco ou quatro reais e noventa centavos, significa que teremos tido lucro, então vai sair mais barato para a gente pagar naquele momento. Então, estamos com uma taxa de juros internacionais de 1,24%, a taxa prime, extremamente barata, com quatro anos de carência e, ainda por cima, contratando quando o dólar está caro. Ou seja, quando formos pagar a taxa de câmbio, provavelmente estará normalizada, teremos lucro e vamos ter estrada, Mato Grosso do Sul crescendo e, mais do que isso... O deputado João Henrique mencionou a questão da não execução de algumas obras... Deputado, nós temos que olhar a perspectiva do orçamento público não apenas de um ano, mas do conjunto de quatro anos. Por isso, esta Casa Legislativa aprova o Plano Plurianual, que estabelece uma lógica de quatro anos. Assim, a Lei Orçamentária Anual (LOA) vai obedecer a uma lógica maior, definida, de quatro anos, algo que, justamente, estamos votando nesta Casa. Está tudo em ordem em Mato Grosso do Sul, o estado está indo bem, o governador tem comando, a Secretaria de Estado de Infraestrutura está investindo, e Mato Grosso do Sul vai continuar crescendo. Recomendo voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para declarar o voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, a deputado Gleice Jane.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Senhor presidente, venho aqui para dizer que concordo com quase tudo, mas me chamou a atenção, neste projeto, o fato de que nós estamos aqui discutindo um projeto que fala em duzentos milhões de dólares a serem pagos em até vinte anos. O projeto também não especifica que é esse valor, mas sim que é até esse limite. Além disso, ele não detalha exatamente quais serão as ações realizadas. Isso me parece, também, um cheque em branco para o governador. Isso me preocupa, porque, embora o deputado Caravina tenha esclarecido aqui, essas informações não foram devidamente publicizadas para que tivéssemos acesso. Outra questão que me preocupou foi o fato de haver um grande investimento, sem que tenhamos discutido a duplicação de rodovias, que é algo que a Assembleia Legislativa já vem debatendo há algum tempo. Por isso, vou votar não ao projeto, mas não porque eu não entenda que é necessário o investimento — entendo que é essencial resolver a questão das rodovias —, mas não vejo que o projeto esteja em condição de ser aprovado neste momento, por falta de informações mais detalhadas. Quero também deixar registrado aqui, ao deputado João Henrique, que acha que todo mundo que está contra ele é da esquerda: eu sou uma mulher feminista, da esquerda, e vou acompanhá-lo hoje neste voto por entender, inclusive, que é um valor muito alto, e que a principal fonte econômica do estado de Mato Grosso do Sul depende também das condições climáticas. O momento é de atenção às condições climáticas, então esse investimento me traz preocupação; só por isso. Então, eu declaro aqui o meu voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação. Só para registrar, conforme o próprio deputado Caravina falou, os anexos do projeto têm todas as estradas que serão feitas. Está tudo no projeto e no sistema.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Justamente isso. Eu tenho aqui a relação de todas as estradas, eu acho importante registrar que nós estamos votando sabendo o que estamos votando e quais são as estradas contempladas. Lembrando também que, além do relatório que temos, foi feita uma reunião convocada pelo presidente desta Casa, na Sala da Presidência, com o governador e com Jaime Verruck, onde todos os detalhes e as dúvidas foram esclarecidos. Portanto — até porque é uma questão importante do empréstimo — estamos sabendo claramente onde esse dinheiro será utilizado, como bem dispôs o deputado Caravina.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero declarar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Junior Mochi, Vossa Excelência ainda não votou.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Quero declarar o voto, senhor presidente, no mesmo sentido da fala do deputado Paulo Duarte. Foi apresentado o projeto a nós, em uma reunião com o governo, que esclareceu dúvidas e questionamentos dos senhores deputados. E junta-se ao projeto um anexo declarando as rodovias que serão beneficiadas e onde serão feitos os investimentos. Portanto, voto consciente, sim, em favor da aprovação da presente matéria.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, quero declarar o voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, declaro o meu voto contrário e, apesar de ter errado o artigo do Regimento Interno, eu estava acompanhando o tempo, e já havia esgotado o tempo do deputado orador da tribuna. Mas é interessante um fato: mostrar que o projeto que está sendo aprovado agora é, de maneira semelhante, aos dois bilhões de reais que foram aprovados para a Sanesul e a parceria privada que foi construída lá no próprio município do deputado orador. Se você vir o que está sendo feito dentro do município, é um estrago, é um caos. O que acontece é que a gente perde, inclusive, o poder de fiscalização sobre o valor do investimento que está sendo contratado. Subiu o dólar para seis reais e doze centavos, então nós não sabemos qual é o valor atual daquele investimento contratado, deputada Gleice Jane. Apesar das informações estarem sendo colocadas agora, o fato é que o estado tem recurso em caixa, poderia diminuir tributos para os empresários, poderia melhorar a vida do cidadão, mas não: recebe um cheque em branco para contratar uma operação de até duzentos milhões de dólares, que até o final do ano, se pegar cem milhões, e o dólar continuar subindo, pode ser que o que estamos autorizando agora ultrapasse esse valor.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Realmente, Vossa Excelência tem razão, e as informações são insuficientes. Declaro voto contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 230/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e dois contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Projeto de Lei nº 208/2024. Autor: Poder Executivo. "Acrescenta dispositivos à Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e dá outras providências, para a adequação legislativa, com a transferência da regulamentação do auxílio-invalidez da Lei nº 3.150/2005 (Lei que institui o RPPS, denominado MSPrev), para a Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Estatuto do Servidor Público do Estado



de Mato Grosso do Sul), para atender a notificação e evitar a obstaculização da emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária". A Comissão de Assistência Social e Seguridade Social emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, pela ordem. Eu quero esclarecer uma situação. Só quero dizer que, no projeto anterior, eu disse que não estava na mensagem do projeto, e os deputados disseram que tinham essas informações. Eu procurei, e realmente não está na mensagem do projeto. As informações chegaram a alguns deputados, mas ela não está na mensagem; foi apresentada naquela reunião, mas realmente não está vinculada ao projeto. Então, só para dizer que realmente...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos checar aqui. Parece que não protocolaram no sistema, mas tem no projeto, deputada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — OK! Só isso. Obrigada!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação o Item 2.

Projeto de Lei nº 208/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT)

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (PRESIDENTE) (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 219/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 49/2024. "Aprova a primeira revisão do Plano Plurianual do Estado de Mato Grosso do Sul para o período de 2024 a 2027". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 219/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar e deixar claro aos deputados que, especialmente no que diz respeito a esses questionamentos de falta de alguma coisa, que a Mesa está à disposição. Nós acabamos de questionar a equipe técnica; tem o anexo, mas não foi anexado. Então, estamos à disposição. Sempre que ocorrer isso nos gabinetes, nos procurem, que nós vamos dar todo o suporte necessário à equipe técnica. Deputada Gleice Jane, as nossas desculpas pelo equívoco da Casa. Encerrada a votação, consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 220/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 50/2024. "Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso do Sul para o exercício financeiro de 2025". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao Projeto e às Emendas 1 a 31, 33 a 40, 42 a 48, 50 a 55, 57, 58, 60 a 67, 69 a 73, 75 a 114, 116 a 118, 120 a 149, 151 a 162, 164 a 170 e 172 a 176, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e às Emendas 1 a 31, 33 a 40, 42 a 48, 50 a 55, 57, 58, 60 a 67, 69 a 73, 75 a 114, 116 a 118, 120 a 149, 151 a 162, 164 a 170 e 172 a 176, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 220/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente são dezanove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 239/2024. Autor: Poder Executivo. Este projeto está calendarizado, e não estava no sistema de vocês ontem, mas nós aprovamos ontem — é o Refis. Trata-se da prorrogação do prazo do Refis, algo de interesse de toda a economia de Mato Grosso do Sul. "Prorroga os prazos para a liquidação de créditos tributários nas formas excepcionais previstas na Lei nº 6.288, de 1º de agosto de 2024, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 239/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.



DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezanove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6. Em discussão única. Oito requerimentos, vinte indicações, uma moção de apoio e quatro moções de congratulação. Pela ordem, o deputado Joao Henrique.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para registrar meu voto contrário à Moção de Apoio nº 3541, presidente. Voto favorável a todas as outras.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com voto contrário registrado do deputado João Henrique, em votação. Não havendo oposição dos demais, dou por aprovados. Item 7. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria dos deputados Paulo Corrêa e Lucas de Lima e transformada pela Casa, em razão do falecimento do senhor Milton Aires Viana Filho. Em votação. Não havendo oposição, dou-a por aprovada. Está encerrada a Ordem do Dia. Registramos e agradecemos a presença do senhor Robermauro, o Rober da Paz, vereador do município de Nova Alvorada do Sul; do senhor Giliarte Jacobo, vereador eleito do município de Itaporã; do senhor Gabriel José, vice-prefeito de Japorã; e do senhor Vitor Rafael, presidente da Liga Independente das Escolas de Samba de Corumbá. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não há oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h21min).